

Rui Costa-Lopes  
Jorge Vala  
Cícero Pereira  
Patrícia Aguiar

## Capítulo 38

# A construção social das diferenças nas relações entre grupos sociais

A identificação de diferenças e semelhanças entre objectos permite a sua categorização e a construção de conhecimento. Estes mesmos processos permitem a construção de conhecimento sobre nós próprios, sobre os outros, sobre os grupos em que nos incluímos e sobre aqueles que rejeitamos. Um aspecto fundamental torna, porém, distinto o conhecimento sobre as pessoas: o valor e o sentido. Há semelhanças e diferenças positivas e negativas, que ameaçam ou que nos glorificam, que respondem a necessidades de inclusão ou de diferenciação. O sentido e o valor das diferenças e semelhanças são aspectos centrais na construção da nossa identidade pessoal, mas também da nossa identidade colectiva. Muitas das tensões entre grupos sociais decorrem da tensão entre semelhança e diferença na construção das identidades sociais. Neste capítulo, propomo-nos analisar o papel da diferença nas relações entre grupos sociais, nomeadamente entre minorias e majorias, tendo como preocupação de fundo contribuir para o entendimento das relações entre imigrantes e as sociedades de acolhimento.

A atenção que temos vindo a dar a este problema decorre do nosso interesse no estudo das novas expressões do preconceito racial e étnico e das transformações que vêm ocorrendo nas crenças racistas (Vala, Brito e Lopes 1999; Vala, Pereira e Costa-Lopes, no prelo). Trata-se de uma linha de reflexão que começou a desenhar-se com os estudos de Sartre (1943) sobre «a questão judia», que tem um ponto de referência nos estudos de Fanon (1952) sobre as consequências psicológicas do colonialismo e que, mais recentemente, encontra novos impulsos no conceito de «novo racismo» proposto por Barker (1981) e no racismo cultural de Taguieff (1990) e Todorov (1986). Se a genealogia remota da nossa própria perspectiva remonta a estes autores, a sua inspiração próxima decorre das questões suscitadas pelos trabalhos de Tajfel (1982) sobre a identidade, da literatura sobre o processo de categorização (Allport 1954) e

das operacionalizações empíricas sobre as novas expressões do preconceito propostas por autores como Sears (1988) e Pettigrew e Meertens (1995).

A perspectiva que adoptamos sobre o papel das diferenças culturais percebidas entre maiorias e minorias é multidimensional, no sentido em que procura explorar diferentes facetas do significado social das diferenças culturais. Distinguimos três facetas que têm sido investigadas por nós e que, simultaneamente, constituem grandes eixos na literatura sobre o problema.

Assim, começaremos por analisar a hipótese de que a atribuição de diferença cultural a grupos minoritários por parte das maiorias pode constituir uma forma de preconceito. Neste sentido, olhamos para a diferença como uma consequência, como um resultado e uma expressão do preconceito.

A segunda dimensão do problema que discutiremos propõe que as diferenças culturais percebidas e reificadas actuam como geradores de atitudes face a outros grupos. Nesta linha procuramos contribuir para o entendimento das condições em que a diferença ou a semelhança percebidas podem desencadear atitudes negativas ou positivas.

Finalmente, concluímos este capítulo com uma terceira perspectiva de abordagem do papel das diferenças culturais na economia das relações entre grupos: a diferença como um valor, como instrumento de promoção de relações intergrupais harmoniosas. Trata-se de uma perspectiva sobre a qual iniciámos recentemente algumas pesquisas, e que, muito embora tenha uma grande tradição de análise na literatura, reveste ambiguidades múltiplas e é um pólo de discussão não só teórico, como também no campo do desenho das políticas públicas.

## **A atribuição de diferença cultural como indicador de preconceito**

A hipótese de a atribuição de diferença cultural poder constituir uma dimensão do preconceito foi por nós estudada no contexto da compreensão das novas expressões do racismo associadas à progressiva antinormatividade do racismo tradicional e foi teoricamente enquadrada pelos estudos empíricos realizados por Pettigrew e Meertens (1995). Foi neste contexto que diversos autores propuseram que uma vez tornada ilegítima a ideia de «raça», as teorias raciais científicas e populares sobre as diferenças entre grupos humanos foram substituídas por teorias científicas e populares sobre as diferenças culturais entre grupos. As diferenças culturais, tais como as diferenças raciais, classificam, naturalizam as diferenças atribuídas e justificam a inferioridade atribuída a alguns grupos sociais (Vala, Brito, e Alves 1999). Este desvio de hierarquias raciais para hierarquias culturais havia sido previsto por Lévi-Strauss nos anos 50. De acordo com Lévi-Strauss (1958, 9), *«we cannot therefore claim to have*

*formulated a convincing denial of the inequality of the human 'races', so long as we fail to consider the problem of the inequality – or diversity – of human cultures».*

Teoricamente, esta perspectiva considera que a diferença é uma expressão do preconceito e assenta na premissa de que, psicologicamente, a diferença é uma característica atribuída, um significado atribuído à realidade. Metodologicamente, esta perspectiva baseia-se na análise de respostas a inquéritos aplicados em cinco países europeus por Pettigrew e Meertens (1995). Nestes inquéritos, era pedido aos participantes que julgassem o grau de diferença entre o endogrupo (as pessoas do seu país) e um exogrupo (um grupo de imigrantes não-europeus).<sup>1</sup> Com este paradigma empírico, aqueles autores mostraram que a simples afirmação da existência de diferenças culturais entre endogrupo (a nação) e exogrupo (imigrantes não-europeus) faz parte de um conjunto de crenças a que chamaram «preconceito subtil», uma forma encoberta de preconceito.

### **Dimensões da atribuição de diferença**

É possível encontrar antecedentes desta perspectiva analítica sobre as diferenças culturais no trabalho pioneiro de LaPiere (1936), que demonstrou que os traços negativos atribuídos pelos Americanos aos imigrantes arménios não eram um antecedente, mas sim uma consequência da antipatia para com este grupo. Outros estudos, conduzidos após a Segunda Guerra Mundial, compararam o processo de categorização que «pessoas anti-semitas» e «pessoas não-anti-semitas» faziam de retratos de judeus e de não-judeus. Os resultados mostraram que os anti-semitas faziam mais erros de exclusão do que de inclusão no endogrupo. Isto é, estes incluíam mais não-judeus na categoria de judeus do que na categoria de não-judeus (Tajfel 1969). Transpondo estes resultados para o nosso problema, estes sugerem que pessoas preconceituosas têm uma maior disposição (por comparação a pessoas não-preconceituosas) para atribuir diferenças (neste caso físicas) ao endogrupo relativamente a um exogrupo, cometendo mais erros de exclusão do que de inclusão.

Consistentes com esta perspectiva, outras contribuições teóricas sobre o preconceito também incluíram as diferenças atribuídas, ainda que no campo das emoções, como uma expressão de preconceito.

Num extenso conjunto de pesquisas, Leyens e colaboradores (2000) mostraram que as pessoas distinguem, implicitamente, emoções e sentimentos, entendendo que os sentimentos (*e. g.*, melancolia, compaixão) são mais caracterizadores dos humanos, enquanto que as emoções (*e. g.* medo, raiva) seriam

---

<sup>1</sup> O termo «endogrupo» refere-se ao grupo a que a pessoa pertence e o termo «exogrupo» remete para o grupo a que não pertence.

características dos humanos e dos animais. Nessas mesmas pesquisas, mostra-se ainda que as pessoas, quando convidadas a caracterizar o seu grupo e exogrupo, atribuem uma maior capacidade de exprimir sentimentos ao seu grupo do que aos outros grupos. Assim, o que de forma indirecta se está a dizer é que o endogrupo é mais humano do que o exogrupo. Leyens e colegas (2000, 2003) mostraram assim que as diferenças atribuídas, entre endogrupo e exogrupo, em relação à capacidade para sentir emoções secundárias ou sentimentos é uma forma particular e indirecta de preconceito a que os autores chamaram «infra-humanização».

Na mesma linha, Moscovici e Perez (1999) mostraram que a linguagem quotidiana estabelece uma diferença implícita entre traços personológicos a que podemos chamar «culturais», sobretudo aplicáveis aos humanos, (*e. g.*, mentiroso, sábio), e traços a que podemos chamar «naturais» (*e. g.*, dócil, ruidoso), aplicáveis a animais e a humanos, e propuseram que a atribuição de mais traços de natureza do que de traços de cultura – independentemente da valência de tais traços – é uma expressão de «ontologização», *i. e.* uma forma particular de preconceito no campo dos traços de personalidade que é aplicada a grupos sociais fortemente desvalorizados e alvo de exclusão (Pérez, Moscovici e Chulvi 2007).

Os nossos próprios trabalhos também revelaram a existência deste fenómeno. Utilizando dados do *International Social Survey Programme* (ISSP), especificamente os dados referentes a uma amostra representativa suíça, mostrámos que o único grupo ontologizado (*i. e.*, a quem é atribuído mais traços naturais que culturais) é o grupo dos imigrantes africanos negros (Deschamps *et al.* 2005).

Do nosso ponto de vista, tanto a «infra-humanização» como a «ontologização» não são antecedentes de preconceito; são, sim, processos de representação das diferenças entre grupos humanos que exprimem modos particulares de preconceito.

No entanto, a distinção estabelecida por Pettigrew e Meertens (1995) entre racismo flagrante e subtil e a inclusão da percepção de diferenças culturais como uma dimensão do racismo subtil têm sido objecto de controvérsia. De facto, Coenders, *et al.* (2001) analisaram as mesmas bases de dados trabalhados por Pettigrew e Meertens e defendem que a inclusão da subescala sobre «percepção de diferenças» na escala de «racismo subtil» é baseada em ambiguidades metodológicas. Especificamente, Coenders e colegas (2001) defendem que a subescala de «percepções de diferenças culturais» não mede preconceito mas sim «percepções da realidade social». Usando argumentos diferentes, Leach, Peng e Volkens (2000) também questionaram a hipótese da atribuição de diferença como preconceito. Leach e colegas (2000) analisaram parte das bases de dados referidas e concluíram que o «novo racismo» ou «racismo cultural» estava presente em apenas duas das sete amostras

consideradas. No entanto, um resultado destes autores apoia parcialmente o nosso argumento, na medida em que estas mesmas análises mostraram que o racismo flagrante e as percepções de diferenças culturais estavam correlacionados em cinco das sete amostras.

### **A hetero-etnicização como preconceito**

Contrariamente às críticas que acabamos de referir, os nossos próprios trabalhos encontraram apoio consistente para a hipótese de que a atribuição de diferenças constitua uma forma de preconceito. Usando uma amostra representativa de Lisboa e concelhos limítrofes, Vala, Brito e Lopes (1999) mostraram que as crenças racistas se organizavam da mesma forma que nos restantes países europeus, verificando-se a existência de um padrão de racismo flagrante e um padrão de racismo subtil. Os resultados mostravam ainda que a percepção de diferenças entre o endogrupo (portugueses) e os imigrantes negros estava positivamente associada com a escala de racismo flagrante, e a uma avaliação negativa destes imigrantes e, mais importante, a diferentes medidas de discriminação, questão que Pettigrew e Meertens não haviam abordado. No mesmo sentido, Vala, Lopes e Lima (no prelo) mostraram que a metapercepção por parte de jovens negros de que são vistos como culturalmente diferentes estava correlacionada com o sentimento de que são discriminados. Estes resultados permitiram definir a atribuição de diferenças culturais a exogrupos minoritários como um processo de «hetero-etnicização»; um processo através do qual é atribuído, de forma implícita, uma cultura inferior a esses grupos, em relação ao qual o endogrupo é considerado «universal» e não uma «etnia particular». As diferenças culturais atribuídas a exogrupos são, assim, em muitos casos, diferenças avaliadas de forma implicitamente negativa e podem ter consequências comportamentais.

Considerando que o processo descrito poderia ser entendido no âmbito da transformação de expressões de racismo nas sociedades democráticas, nomeadamente no âmbito da transformação do racismo biológico em racismo cultural, procurou-se então demonstrar que a atribuição de diferenças constituía uma dimensão do preconceito racial, paralela à «infra-humanização» e à «ontologização».

Para isso, conduzimos um estudo (Vala, Pereira e Costa-Lopes, no prelo) em que o estatuto psicológico da atribuição de diferenças culturais a negros (hetero-etnicização) foi comparado com o estatuto da «ontologização» (Moscovici e Pérez 1997) e com o estatuto da «infra-humanização» (Leyens *et al.* 2000, 2003). Incluiu-se ainda uma medida de avaliação (positiva *vs.* negativa) dos negros e uma escala de racismo que media a crença geral de que os grupos humanos são profundamente diferentes a nível biológico e cultural e de que há grupos superiores a outros.

Foram testadas duas hipóteses: a primeira hipótese predizia que a hetero-etnicização, a ontologização, a infra-humanização e a avaliação negativa de pessoas negras são dimensões de um mesmo factor de segunda ordem que pode ser denominado de preconceito racial. A segunda hipótese predizia que as crenças racistas são preditoras do preconceito racial, tal como se exprime nas dimensões acima referidas. Para testarmos estas hipóteses, recorremos a um programa de análise de dados de Modelos de Equações Estruturais. O raciocínio subjacente aos testes efectuados no âmbito destes modelos remete para a comparação do ajustamento de modelos teóricos aos dados recolhidos nos estudos. Pressupõe-se que um modelo que apresenta um maior ajustamento aos dados representa uma forma mais fidedigna de pensar as relações entre os vários factores presentes nesse modelo.

A nossa primeira hipótese foi suportada pela análise de dados na medida em que o modelo que considerava a hetero-etnicização, a ontologização, a infra-humanização e a avaliação negativa como dimensões correlacionadas de um mesmo fenómeno apresentou um melhor ajustamento aos dados que um modelo que considerava tais dimensões como não estando correlacionadas.<sup>2</sup>

A segunda hipótese do estudo propunha que as crenças racistas (sobre diferença profunda e hierarquia) prediziam o preconceito racial (composto pelas quatro dimensões referidas). O modelo calculado apresentou um ajustamento aos dados muito aceitável. Mais importante, este modelo apresentou um melhor ajustamento aos dados do que um modelo alternativo que assumia que os itens que compunham a crença racista geral faziam parte de um mesmo factor que os processos de hetero-etnicização, ontologização, infra-humanização e avaliação negativa (v. figura 38.1).<sup>3</sup>

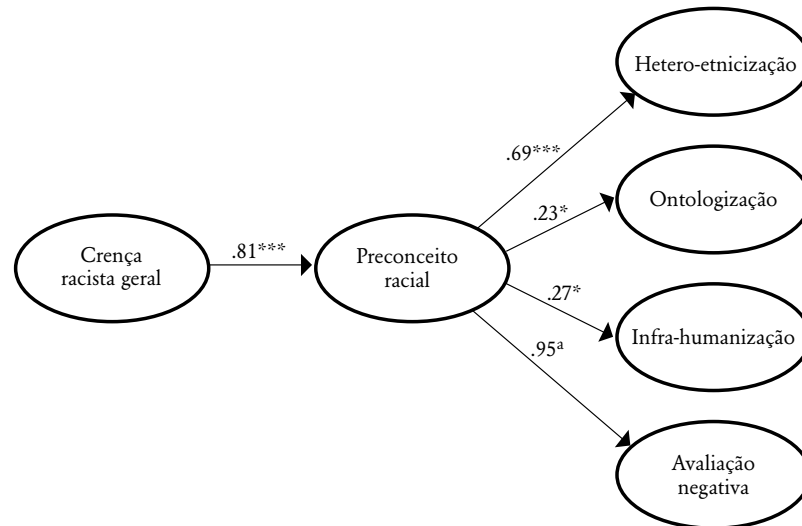
No conjunto, a série de estudos que realizámos na sequência dos estudos iniciados por Pettigrew e Meertens oferecem forte suporte para a hipótese de que a atribuição de diferenças culturais pode, em muitas circunstâncias, ser uma forma de expressão do preconceito, decorrente de crenças racistas e associada à disposição para a discriminação. Ora, é este aspecto que nos importa agora sublinhar. De facto, a construção de uma representação do *Outro* como diferente pode ocorrer no quadro de um «etnocentrismo benigno», como pode ocorrer no quadro de um «etnocentrismo radical», que seria mais bem descrito por «alteridade radical» (Doise 2005). Se o etnocentrismo significa uma descrição e uma avaliação do *Outro* por referência aos nossos padrões mentais, a alteridade num sentido radical significa representar o *Outro* como uma entidade exterior ao mundo dos humanos. Trata-se de um processo que ocorre em situações de relação conflitual extrema entre grupos, mas trata-se também de uma forma de representar grupos específicos (v. Bar-Tal 1990). É neste contexto que consideramos que a categoria «ciganos» e as represen-

---

<sup>2</sup>  $\Delta\chi^2_4 = 108.68, p < .001.$

<sup>3</sup>  $\Delta\chi^2_2 = 23.32, p < .001.$

**Figura 38.1 – Hetero-etnicização como dimensão de preconceito**



*Nota:* Retirado de Vala, Pereira e Costa-Lopes (no prelo). *International Journal of Psychology*.

tações que a acompanham constituem modalidades paradigmáticas de hetero-etnicização, num contexto de alteridade radical. Na série de estudos sobre a «justiça no nosso mundo e no mundo dos outros» (Correia, Vala, e Aguiar 2007; Aguiar *et al.* 2008), podemos mostrar que o sofrimento de uma criança cigana não suscita as mesmas reacções emocionais que suscita uma criança não-cigana e que os princípios de uma justiça imanente que aplicamos ao nosso mundo, não os aplicamos ao mundo dos ciganos.

Os estudos descritos dão suporte às reflexões sobre o racismo cultural, sobre a ideia de que o racismo é um fenómeno em transformação, ideia que está na origem do conceito de «novo racismo», e mostram como a hetero-etnicização se constitui como uma avaliação negativa que predispõe para a discriminação, que nalguns casos pode assumir formas extremas. Contudo, esta linha de estudos mostra apenas uma face da relação complexa entre a percepção de «diferença» e as relações entre grupos sociais, nomeadamente entre grupos socialmente assimétricos.

## **A diferença como antecedente de atitudes intergrupais**

As análises precedentes levaram-nos a colocar uma nova questão. Poderá a diferença ser igualmente um antecedente de atitudes intergrupais específicas? Esta pergunta decorre de um novo posicionamento face ao papel da diferença nas relações entre grupos sociais. No ponto anterior, a diferença foi estudada

como um «processo atributivo». Nesta nova perspectiva, olhamos para as diferenças reificadas, vistas como naturais, e exteriores aos julgamentos dos indivíduos e perguntamo-nos sobre as suas consequências nas relações sociais. Neste caso, porém, as diferenças não podem ser analisadas fora do contexto das semelhanças, também elas vistas como objectivas e naturais. Desta forma o problema alarga-se e com ele a pergunta. A pergunta que fazemos é agora a de saber em que circunstâncias diferenças e semelhanças são antecedentes de atitudes intergrupais distintas.

Começamos por descrever brevemente a literatura que desde os anos 50 vem analisando esta questão, para depois enunciarmos as hipóteses dos estudos que temos em curso.

### **Efeitos da percepção de diferença e semelhança a nível interpessoal**

Como referimos no início do capítulo, a relação com a diferença e a semelhança é central na construção da identidade e na construção das relações interpessoais. A este nível, podemos considerar quatro grandes tipos de abordagens enquadrados por quatro teorias clássicas sobre o funcionamento do sistema cognitivo: a Teoria da Comparação Social (Festinger 1954), a Teoria do Reforço (Byrne 1961), a Teoria do Equilíbrio Cognitivo (Heider 1958) e a Teoria da Congruência de Crenças (Rokeach 1960).

Uma premissa fundamental da Teoria da Comparação Social é a de que as pessoas têm a necessidade de avaliar as suas opiniões e capacidades e, na ausência de meios objectivos de avaliação, comparam as suas opiniões e capacidades com as de outras pessoas. As pessoas escolhidas para termo de comparação são pessoas percebidas como semelhantes porque são essas também que mais facilmente reduzem a incerteza e validam as nossas próprias opiniões. Os outros percebidos como semelhantes são, então, aqueles que são avaliados mais positivamente.

De forma semelhante, a Teoria do Reforço propõe que a atracção em relação aos outros é uma função do reforço (positivo) que as pessoas experienciam na presença desses outros (Byrne 1961). Um reforço positivo pode ser – na mesma linha da Teoria da Comparação Social – um acordo atitudinal que oferece confirmação da visão que se tem de si mesmo e do mundo.

Os teóricos do Equilíbrio Cognitivo pressupõem a necessidade de congruência como princípio organizador do sistema cognitivo (Heider 1958). Neste sentido, se uma pessoa tem uma atitude positiva em relação a alguma coisa, e outra pessoa tem uma atitude semelhante em relação a essa mesma coisa, então decorre que um conjunto equilibrado de cognições requer uma atitude positiva em relação a essa outra pessoa.

Finalmente, dentro da Teoria da Congruência de Crenças, Rokeach e colegas apoiam a ideia de que as atitudes negativas são uma função da diferença



de crenças percebidas (Rokeach, Evans, e Smith 1960) preferindo as pessoas, conseqüentemente, relações entre semelhantes do que entre diferentes. Apesar de estes autores considerarem que este processo ocorria quer a nível interpessoal, quer intergrupar, uma exegese metodológica dos seus estudos mostraria que as suas conclusões são válidas apenas no nível interpessoal (Diehl 1988).

Assim, se no nível interpessoal parece haver um consenso no sentido de a semelhança gerar atitudes positivas e atractividade, poderemos conceber que o mesmo se passa a nível intergrupar? Diversos autores salientaram o perigo de fazer uma simples extrapolação do nível interpessoal para o intergrupar (*e. g.*, Brown e Turner 1981), principalmente porque esta extrapolação pode ignorar distinções centrais entre o comportamento interpessoal e intergrupar, tais como a ausência *vs.* presença de uma categorização social dicotómica (Tajfel 1978) ou, mais importante, a assimetria entre grupos sociais. Desta forma, o entendimento dos efeitos da diferença/semelhança nas atitudes face a outros grupos passa necessariamente por um enfoque no nível de análise intergrupar.

### **Efeitos da percepção de diferença e semelhança a nível intergrupar**

A este nível, duas predições principais podem ser feitas já que se pode esperar tanto um padrão de atitudes intergrupais positivas associado à semelhança intergrupar e atitudes negativas associadas à diferença intergrupar como o padrão inverso. De facto, os resultados que dizem respeito a esta relação são bastante contraditórios. Estudos correlacionais extensivos têm mostrado, por um lado, que as minorias étnicas que se assimilam (*i. e.*, que anulam a diferença) são alvo de atitudes menos preconceituosas (*e. g.*, Van Oudenhoven e Eisses 1998) mas, por outro lado, que a maioria, frequentemente, prefere que as minorias permaneçam diferentes (*e. g.*, Thalmammer et al. 2000; Lima e Vala 2002). Recentemente, Zagefka e Brown (2007), utilizando amostras da Bélgica e da Turquia, não encontraram nenhuma relação significativa entre a percepção que os membros da maioria têm do desejo dos imigrantes em manter a sua cultura e atitudes negativas, o que pode implicar a possível ocorrência de efeitos contraditórios que se anulam uns aos outros.

Resultados equívocos estão também presentes num vasto leque de estudos experimentais (Brown 1984). Na verdade, a investigação experimental revelou, até ao momento, resultados em direcções opostas – parece existir apoio tanto para a predição de que a semelhança intergrupar está associada a atitudes positivas (e a diferença associada a atitudes mais negativas), como para a predição oposta, em que se afirma que a semelhança está associada a atitudes mais negativas (e a diferença associada a atitudes mais positivas). A maior parte da investigação sobre este problema emergiu da Teoria da Identidade Social (TIS) (Tajfel e Turner 1979), que apoia a última predição.

*A semelhança intergrupar como antecedente de atitudes intergrupais negativas*

De acordo com a Teoria da Identidade Social, a pertença a grupos sociais é um dos aspectos constituintes da identidade. Esta identidade social constrói-se através de comparações com outros grupos relevantes, de forma a permitir uma distintividade (positiva) do nosso grupo relativamente a esses outros grupos. Dada esta ênfase na procura de distintividade, deduz-se que qualquer ameaça à distintividade do grupo pode gerar atitudes negativas em relação à fonte dessa ameaça. Assim, a semelhança intergrupar pode levar a atitudes intergrupais negativas, no sentido em que tal semelhança pode constituir uma ameaça à desejada distintividade do endogrupo. A nível interpessoal, este mesmo raciocínio é encontrado no conceito de «narcisismo das pequenas diferenças» de Freud (1922).

Vários estudos apoiam esta hipótese (Jetten, Spears, e Postmes, 2004). Um dos primeiros estudos em que se manipulou explicitamente a semelhança (atitudinal) foi conduzido por Allen e Wilder (1975). Estes autores fizeram variar a semelhança entre as crenças dos membros do endogrupo e dos membros do exogrupo e as crenças do participante. Não foi encontrado nenhum efeito global da semelhança do exogrupo, mas como Brown (1984, 613) faz notar: «onde as crenças dos sujeitos foram semelhantes às do endogrupo [...] registaram-se tendências claras de que a discriminação contra o exogrupo semelhante foi maior que aquela contra o exogrupo diferente». Ou seja, houve uma atitude menos negativa face a um grupo diferente.

Encontram-se outros exemplos em favor deste argumento. Num estudo que examinou se a introdução de objectivos supra-ordenados (comuns a ambos os grupos) constitui uma medida eficaz para melhorar as relações intergrupais, Deschamps e Brown descobriram que tal facto apenas se verificava quando os grupos gozavam de papéis distintos na tarefa cooperante para alcançar esses objectivos. Tal como os autores referem: «*the convergence between groups which is often implied by superordinate goal situations may represent a threat to the distinctiveness of the groups concerned*» (1983, 190).

Diehl (1988) conduziu dois estudos sobre os efeitos da semelhança interpessoal e intergrupar. No segundo estudo, onde a semelhança intergrupar foi manipulada, registaram-se níveis mais elevados de discriminação face a um exogrupo semelhante do que face a um exogrupo diferente. Num estudo envolvendo grupos nacionais, Henderson-King e colegas (1997) encontraram uma interacção entre a semelhança exogrupal e a percepção de ameaça, que se traduziu numa relação positiva entre semelhança e avaliações exogrupal negativas – mas apenas para aqueles que viam o exogrupo como uma ameaça. Finalmente, Jetten e colegas conduziram uma linha de investigação extensa, obtendo também forte apoio empírico para esta hipótese num grande número de casos (Jetten, Spears, e Manstead 1996, estudo 2; 1997; 2001).

Apesar de esta revisão da literatura revelar um corpo consistente de estudos em apoio da ideia de que a diferença conduz a atitudes intergrupais positivas, é, no entanto, possível encontrar na literatura uma tendência oposta, ou seja, estudos demonstrando que a diferença intergrupar pode estar na origem da emergência de relações intergrupais positivas.

*A diferença intergrupar como antecedente de atitudes intergrupais negativas*

A hipótese de que é a diferença (e não a semelhança) que pode estar na origem de atitudes intergrupais negativas encontra apoio no seio da Teoria da Autocategorização (Turner *et al.* 1987). Apesar de esta teoria ter tido origem na Teoria da Identidade Social, ela distancia-se desta última e dos seus postulados motivacionais, passando a focar mais os processos cognitivos para explicar o comportamento intergrupar. A Teoria da Autocategorização propõe que, em momentos diferentes, um indivíduo percebe-se a si próprio como único (autoconceito) ou como membro de grupos em níveis distintos de abstracção (endogrupo-exogrupo; grupos supra-ordenados). É o nível de abstracção de *autocategorização* que determina as percepções, atitudes e comportamentos dos indivíduos. Por sua vez, o que determina o nível de abstracção e o tipo de autocategorização é a saliência contextual de uma categoria e esta depende da interacção entre as características daquele que percebe a situação e características da situação (Turner *et al.* 1987).

Desta forma, as categorias sociais (grupos) serão percebidas como entidades separadas apenas se as diferenças entre grupos forem percebidas como maiores do que as diferenças dentro de cada grupo. E se esta distinção se mostrar adequada ao contexto, então a saliência intergrupar que decorre desta situação conduzirá os indivíduos a agir mais de forma intergrupar e menos de forma interpessoal (Oakes 1987). Assim, de acordo com a Teoria da Autocategorização é a diferença percebida entre grupos que leva um indivíduo a pensar e a agir mais em termos da sua pertença grupal e, conseqüentemente, a estar mais predisposto para uma avaliação mais positiva do seu grupo do que dos outros grupos.

A hipótese de que a diferença conduz a atitudes negativas encontra-se igualmente presente em outras teorias e modelos em psicologia social. Por exemplo, na Teoria da Ameaça Integrada encontra-se apoio para esta hipótese. Stephan e colegas (Stephan, Ybarra, e Bachman 1999) propuseram que as atitudes intergrupais negativas (nomeadamente o preconceito) derivam da percepção de que o outro grupo é uma fonte de ameaça. Os autores distinguem entre ameaças realistas e simbólicas. Enquanto as ameaças realistas compreendem ameaças à própria existência ou bem-estar físico do grupo, as ameaças simbólicas são relativas aos valores do grupo. São estas que efectivamente importam para o nosso problema, na medida em que emergem da percepção

de diferenças intergrupais em valores, crenças e atitudes (Stephan, Diaz-Loving, e Duran 2000).

Além destas posições teóricas e dos respectivos argumentos empíricos, outros estudos experimentais oferecem apoio à hipótese de que a diferença intergrupar tem consequências negativas nas avaliações intergrupais (*e. g.*, Hensley e Duvall 1976; Grant 1993). Nos estudos de Jetten e colegas (1996, exp.1) verificou-se igualmente que a diferença conduz a maiores enviesamentos intergrupais. A manipulação de semelhança/diferença intergrupar, através de *feedback* sobre normas do endogrupo e do exogrupo, conduziu a um padrão de menores enviesamentos na condição de normas semelhantes.

Estamos, assim, perante um largo número de pesquisas que apoiam tanto a hipótese de que a semelhança intergrupar está associada com atitudes positivas (e a diferença com atitudes negativas), como para o padrão oposto. Uma detalhada meta-análise destes estudos realizada por Jetten e colegas (Jetten, Spears, e Postmes 2004), levou estes autores a identificarem duas hipóteses, ambas consistentes: *Hipótese da Distintividade Reactiva* (decorrente da teoria da identidade pessoal), no sentido em que as atitudes negativas associadas à semelhança intergrupar são uma reacção a uma identidade ameaçada; e a *Hipótese da Distintividade Reflexiva* (decorrente da teoria da autocategorização), no sentido em que as atitudes negativas associadas à diferença intergrupar decorrem dos processos de reflexibilidade presentes na autocategorização. Considerando 29 artigos e os resultados de 79 testes da relação entre percepção de semelhança/diferença intergrupar e atitudes intergrupais, a meta-análise de Jetten e colegas revelou que a magnitude do efeito global não era diferente de zero, implicando a existência de tendências opostas. Assim, foi possível concluir que não se deverá esperar uma relação directa entre a diferença/semelhança intergrupar e a valência das atitudes intergrupais (Roccas e Schwartz 1993; Henderson-King *et al.* 1997; Jetten *et al.* 2004) e que um melhor entendimento desta relação decorrerá da consideração de diferentes moderadores.

#### *Moderadores da relação entre diferença/semelhança intergrupar e atitudes intergrupais*

Um grande número de factores foram propostos como possíveis moderadores da relação entre diferença/semelhança e atitudes intergrupais, nomeadamente a relevância da dimensão de comparação (Moghaddam e Stringer 1988; Roccas e Schwartz 1993), a existência e as características de uma categoria supra-ordenada envolvendo ambos os grupos (Mummendey e Wenzel 1999; Hornsey e Hogg 2000; Waldzus *et al.* 2003) e o grau de identificação com o endogrupo (Deschamps e Brown 1983; Moghaddam e Stringer 1988; Roccas e Schwartz 1993; Jetten *et al.* 2001). No entanto, foi o potencial papel moderador da identificação endogrupal que recebeu maior atenção e apoio mais consistente (Jetten, Spears, e Manstead 2001).

*Um princípio de solução do puzzle: o papel moderador da identificação endogrupal*

Originalmente, Deschamps e Brown (1983) consideraram que os efeitos da ameaça à distintividade, que decorriam da semelhança dos papéis em grupos com objectivos supra-ordenados, seriam mais acentuados se os grupos em questão fossem psicologicamente significantes para os indivíduos. Assim, estes autores testaram esta ideia utilizando tanto grupos reais como grupos criados *ad hoc* e, efectivamente, os efeitos negativos que resultavam da falta de distintividade apenas foram observados com grupos reais, onde o grau de compromisso com o grupo – e consequentemente, o grau de identificação com o grupo – é provavelmente superior.

O trabalho de Jetten e colegas também proporciona forte apoio a esta ideia. Tal como mencionado anteriormente, Jetten e colegas obtiveram diferentes resultados em diferentes estudos. O aspecto principal que distinguia dois estudos com resultados opostos era, exactamente, a questão da natureza dos grupos. Num dos casos, tratava-se de grupos mínimos (grupos criados no contexto da experiência em que os membros não têm contacto com colegas do grupo) e no outro, de grupos reais. Os autores assumiram – tal como assumiram Deschamps e Brown – que o compromisso para com grupos reais é maior do que o compromisso para com grupos mínimos e que estes diferentes graus de identificação tinham implicações na forma como os participantes reagiam à diferença ou à semelhança intergrupais. De facto, os resultados mostraram indirectamente que a hipótese decorrente da TIS (a semelhança intergrupais conduz a atitudes negativas) era válida para indivíduos muito identificados e a hipótese decorrente da TAC (a diferença intergrupais conduz a atitudes negativas) era válida para indivíduos pouco identificados. Ora, o que a meta-análise referida acima mostrou foi que o grau de identificação com o endogrupo constituía o único factor moderador válido desta relação. Consequentemente, apesar de vários factores terem sido propostos como moderadores dos efeitos da diferença/semelhança intergrupais nas atitudes intergrupais, o grau de identificação endogrupal parece constituir o factor-chave.

Em resumo, colocámos a questão de saber quais os impactos da diferença e da semelhança, percebidas como objectivas e naturais e salientadas num determinado contexto de relações intergrupais, na qualidade dessas mesmas relações. Os estudos até agora realizados mostram com alguma consistência que quer a percepção de diferença, quer a percepção de semelhança podem servir como antecedentes de atitudes intergrupais negativas. Esta aparente inconsistência de resultados foi clarificada com base num factor moderador: a identificação com o grupo. Para as pessoas muito identificadas com o seu grupo, por exemplo, o seu país, é a semelhança de um exogrupo (por exemplo, um grupo de imigrantes) que ameaça e leva a atitudes negativas. Para as pessoas pouco identificadas é a diferença que conduz a atitudes negativas.

*Diferentes dimensões, diferentes processos?*

Os nossos trabalhos em torno desta mesma questão partem dos resultados que acabamos de resumir mas abrem um novo problema.

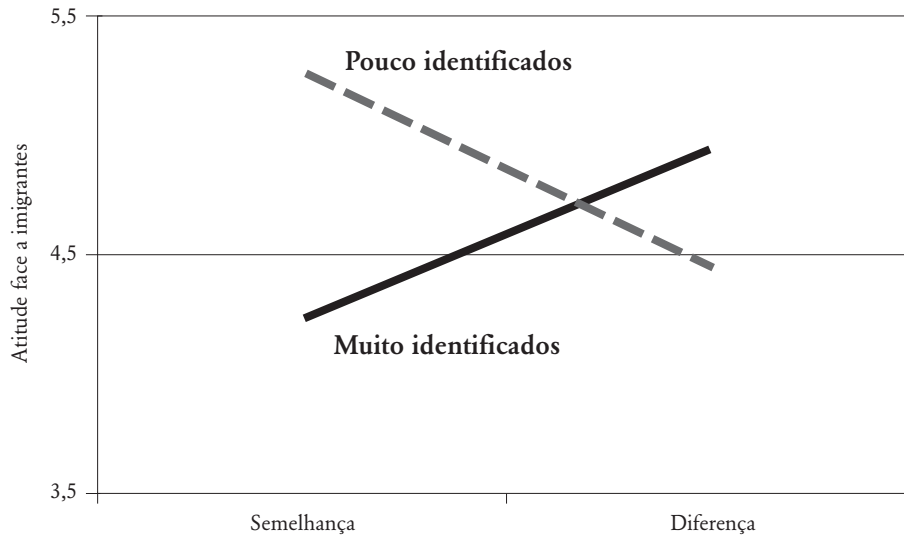
Os estudos realizados incidiram sobre diferenças/semelhanças em aspectos relevantes para a vida dos grupos, e verificaram a identidade como variável crítica apenas no que se refere a diferenças/semelhanças a nível de atitudes e valores. A pergunta que começámos por fazer foi a seguinte: será que os resultados até agora obtidos (atitude mais positiva decorrente da percepção de diferença no caso de indivíduos muito identificados, e atitude mais negativa decorrente da percepção de diferença por parte de indivíduos pouco identificados) se verificarão de igual forma, para aspectos relevantes e para aspectos triviais? Esta questão é importante porque se assiste hoje a uma «folclorização da diferença» entre culturas e à celebração das «diferenças folclóricas» em nome da igualdade na culinária, na diversão, na decoração, etc. Ou seja, em termos mais empíricos e menos teóricos, a pergunta é: qual o impacto da acentuação da diferença ou da semelhança entre portugueses e imigrantes em aspectos triviais da vida quotidiana nas relações entre estas comunidades? A nossa hipótese é que a percepção de diferenças e semelhanças só é consequente a nível de questões relevantes para a vida dos grupos.

A partir daqui colocámos uma nova questão, relativa à dimensão relevante da vida dos grupos em que ocorrem percepções de semelhança ou de diferença, referindo-nos à possibilidade dos processos sociopsicológicos não serem os mesmos quando estão em causa aspectos instrumentais ou aspectos simbólicos.

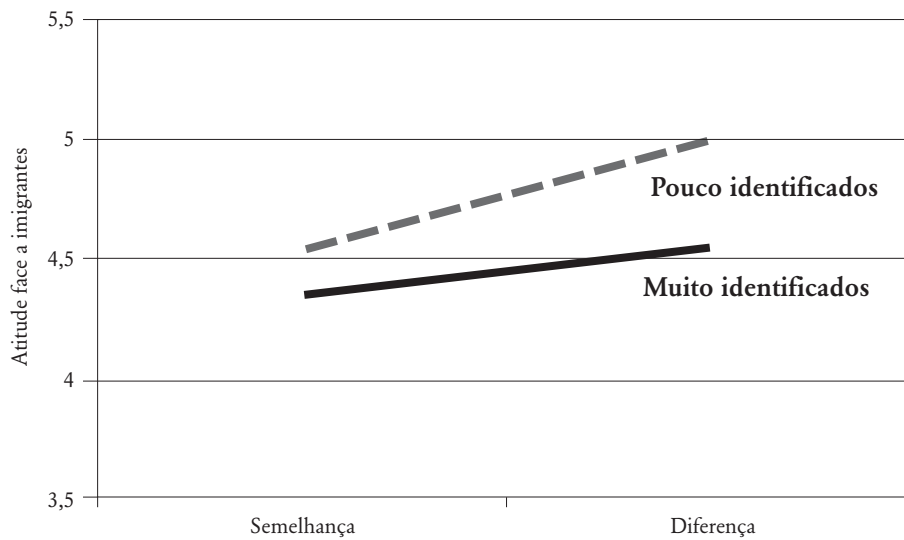
Para responder à primeira questão sobre os impactos diferenciados dos aspectos relevantes e triviais, conduzimos um estudo experimental que analisou os efeitos da manipulação de diferença/semelhança intergrupar entre portugueses e imigrantes de Leste nas atitudes dos portugueses face a imigrantes. Os aspectos a que se referiam a diferença/semelhança diziam respeito ora a traços de personalidade (aspectos relevantes) ora a hábitos alimentares muito específicos como a fonte principal de hidratos de carbono (aspectos triviais).

Os resultados mostraram que a diferença intergrupar apenas causou impacto nas atitudes dos portugueses face a imigrantes de Leste quando a manipulação se referia aos aspectos relevantes. E, de facto, nesta condição verifica-se a interacção defendida por Jetten e colegas (2004). Os indivíduos muito identificados apresentaram atitudes mais positivas face a um grupo apresentado como diferente e os indivíduos pouco identificados apresentaram atitudes mais positivas face a um grupo apresentado como semelhante (figura 38.2). Já quando a manipulação de diferença/semelhança remetia para aspectos irrelevantes, a percepção de diferença ou de semelhança não causou qualquer impacto, o mesmo se verificando para o grau de identificação endogrupal (figura 38.3) (Costa-Lopes e Vala 2007). Alargando o significado destes resultados, diríamos que a «folclorização cultural» é inócua para as atitudes intergrupais.

**Figura 38.2 – Atitude geral face a imigrantes por semelhança/diferença  
\* Identificação para os aspectos relevantes**



**Figura 38.3 – Atitude geral face a imigrantes por semelhança/diferença  
\* Identificação para os aspectos irrelevantes**



O segundo problema que colocámos é mais complexo. Ainda sobre os efeitos da diferença/semelhança intergrupais nas atitudes intergrupais, questionámos se o raciocínio apresentado serviria para todos os aspectos relevantes. Ou seja, tendo em conta a quantidade de aspectos relevantes nos quais se pode

perceber diferença ou semelhança entre grupos, considerou-se a possibilidade de o mecanismo funcionar de forma distinta dependendo da natureza desses aspectos.

Consideramos que a distinção básica que pode ser estabelecida entre os vários tipos de aspectos implicados nas relações entre grupos é uma distinção entre uma dimensão que podemos denominar instrumental e outra que poderá ser denominada simbólica. Na dimensão instrumental, incluem-se todos os aspectos que constituem uma «ferramenta» para quem os possui, e podem ser usados como meios de atingir melhores recursos. Qualquer outro aspecto que não constitui uma ferramenta instrumental, tais como certas crenças culturais, atitudes ou valores, são incluídos na dimensão simbólica.

A literatura mostra que a percepção de grupos (e de pessoas e de culturas) é estruturada em termos de duas dimensões fundamentais. Judd, James-Hawkins, Yzerbyt e Kashima (2005, 2) salientaram que *«one of these dimensions makes reference to attributes such as competence, agency, and individualism and the other makes reference to attributes such as warmth, communality, and collectivism»*.

Transferindo para a nossa terminologia, consideramos que todas as dimensões que se referem a competência, agência ou individualismo são instrumentais. Todos os outros atributos como sociabilidade, comunalidade ou colectivismo podem ser considerados como dimensões simbólicas. É importante ainda perceber que se trata de uma distinção definida contextualmente. Isto é, qualquer aspecto (dimensão) que à partida possa ser visto como meramente simbólico pode passar a ser considerado instrumental a partir do momento em que se torna relevante para obter recursos.

Considerando esta distinção, colocámos a hipótese que a diferentes dimensões corresponderiam diferentes processos. Isto é, dependendo se a diferença ou a semelhança entre os grupos ocorre em termos de uma dimensão instrumental ou de uma dimensão simbólica, as reacções e atitudes em relação aos outros grupos serão diferenciadas e afectadas por diferentes factores. Pensou-se assim que, provavelmente, o mecanismo apresentado na literatura sobre o papel moderador da identificação endogrupal na relação entre diferença/semelhança intergrupais e atitudes intergrupais será mais adequado quando os aspectos remetem para uma dimensão simbólica. Quando os aspectos segundo os quais se define a diferença/semelhança remetem para uma dimensão instrumental, então considerámos que o papel moderador principal já não seria representado pelo nível de identificação com o endogrupo, mas sim pela percepção de interdependência, *i. e.*, a percepção de que os grupos em relação convivem num clima de cooperação ou de competição. Trata-se de uma hipótese já parcialmente suportada empiricamente mas que carece ainda de maior consolidação.

Podemos agora voltar à questão que colocámos no início deste ponto, a saber: quais os impactos das diferenças e das semelhanças reificadas nas atitudes intergrupais? Os resultados dos estudos que revisitámos e os nossos



próprios estudos indicam que a diferença percebida entre grupos pode dar origem a atitudes intergrupais negativas sobretudo por parte de pessoas pouco identificadas com o endogrupo em questão, enquanto para os muito identificados será a semelhança que ameaçará e suscitará atitudes e comportamentos negativos. Contudo, estes processos apenas ocorrem quando estão em causa dimensões relevantes da vida dos grupos e não quando estão em causa questões triviais.

Esta forma de olhar a relação com a diferença no contexto das relações intergrupais apela a entendimentos específicos e diferenciados daqueles que evidenciamos quando o que está em causa é o processo de construção e atribuição da própria diferença. Desta segunda linha de estudos decorre para a primeira uma nova hipótese: a hipótese de que o processo de hetero-etnicização e a construção da imagem do Outro como diferente é uma forma de exorcizar a semelhança que será particularmente saliente por parte de quem se identifica muito com o seu próprio grupo.

No nosso desenho inicial da configuração de modalidades de relação com a diferença, enunciámos uma terceira faceta deste problema: a possibilidade de a diferença poder estar na base de relações intergrupais harmoniosas. Os resultados que descrevemos acima abrem já a porta a essa possibilidade.

## **A diferença como valor: os efeitos da acentuação da diversidade**

Nos estudos sobre relações culturais entre imigrantes e países receptores, pergunta-se frequentemente aos entrevistados se consideram ou não que os imigrantes contribuem para tornar as sociedades mais ricas e diversificadas culturalmente. A resposta maioritária que se obtém é positiva: a imigração é uma fonte de diversidade cultural que enriquece a sociedade.

Este dado empírico pode ser uma expressão, ainda que difusa, da ideologia da diversidade. Ou seja, pode acontecer que a diferença possa não ser apenas um problema a gerir nas relações intergrupais, mas possa ser também um recurso para a promoção de relações intergrupais harmoniosas.

Trata-se, nesta perspectiva, de enquadrar a diferença na ideologia da diversidade. De facto, o termo «diferença» remete por norma para uma ausência, algo que falta no outro em relação a um objecto definido como referente. Já o termo «diversidade» remete para diferenciações e para a riqueza associada à pluralidade de culturas. Neste sentido, a ideia de diversidade é a diferença celebrada como valor. Trata-se de uma ideia ancorada no valor da diversidade biológica, que defende que a existência de diferentes organismos, de diferentes formas de vida com diferentes disposições genéticas permitirá uma melhor adaptação a um ecossistema em constante mudança.

Mostrou-se já que o processo cognitivo de categorização social e a acentuação das diferenças entre grupos que daí decorre não conduz automaticamente à desvalorização dos outros (Wolsko *et al.* 2000) e mostrou-se também que são necessários moderadores relativos às assimetrias sociais e às ideologias sociais para dar vida às potenciais consequências negativas, mas também positivas, do processo de categorização social (para uma revisão, v. Park e Judd 2005).

Decorrendo desta reflexão, iniciámos recentemente uma linha de pesquisa que analisa as consequências de ideologias que salientam a diversidade como valor nas atitudes que a maioria tem face a minorias e grupos imigrantes.

O facto de se estudar a diferença no âmbito das ideologias permite não só um novo olhar sobre a diferença e o seu papel nas relações intergrupais, como permite responder à preocupação de Tajfel para que se estude o impacto das crenças colectivas nas relações intergrupais, alargando essa proposta a outras crenças que não apenas as crenças sobre legitimidade e estabilidade do estatuto intergrupar. No caso específico de modelos ideológicos que focam as relações entre grupos «étnicos», a literatura analisou, ainda que frugalmente, os factores que facilitam a adesão a estas orientações ideológicas. No entanto, poucos estudos analisaram as consequências das ideologias sobre relações étnicas na qualidade destas mesmas relações e todos estes ignoraram potenciais efeitos moderadores. De facto, a pesquisa sobre categorização, identidade e reacções à diferença (Jetten *et al.* 2004) mostrou (tal como mostraram as nossas próprias pesquisas) que a percepção de diferença pode ter consequências diferentes dependendo de diversos factores como, por exemplo, o nível de identificação endogrupal. Neste sentido, considerámos que também os efeitos de uma ideologia sobre a diferença nas relações intergrupais fossem contingentes a certos factores.

Considerando que o campo das ideologias e o discurso segundo o qual estas se estruturam na sociedade se situam mais próximas do campo simbólico, consideramos que o factor que eventualmente poderá qualificar os efeitos das ideologias sobre a diferença será mais provavelmente o da identificação com o grupo. Os estudos nesta linha de pesquisa prosseguirão, assim, com a realização de estudos que analisam as consequências de ideologias sobre diversidade nas atitudes que a maioria tem face às minorias e aos grupos imigrantes, considerando a influência de outros factores como a identificação endogrupal.

## Conclusões

O ponto de partida da nossa análise do papel da ideia de diferença nas relações intergrupais foi o nosso estudo sobre os «novos racismos» e o fenómeno que alguns autores chamaram de «racismo cultural». Em diálogo com a

literatura mais relevante sobre o racismo e os conflitos entre grupos e em diálogo com as principais teorias da psicologia social sobre estes mesmos temas, temos vindo a propor uma análise multidimensional dos significados da diferença e dos processos (aparentemente) contraditórios que sustentam os seus efeitos nas relações intergrupais. O nosso percurso considera três facetas de leitura da relação entre a percepção de diferença e a qualidade das relações intergrupais, nomeadamente das relações entre grupos assimétricos no contexto da imigração. A primeira faceta estuda a hipótese de que a atribuição de diferença é, por si só, uma manifestação de preconceito, hipótese que tem recebido forte suporte empírico, estando por examinar quais os moderadores deste processo, nomeadamente a identificação com endogrupos relevantes, como a nação. A segunda faceta olha para a diferença como um antecedente do preconceito e analisa as condições em que a diferença, relativamente à semelhança, pode desencadear reacções negativas. Os resultados da literatura e os nossos próprios resultados mostram que o problema só se coloca quando estão em causa dimensões relevantes da vida dos grupos (e não aspectos da sua «folclorização»); que a diferença facilita atitudes intergrupais negativas para os pouco identificados com o seu grupo, enquanto a semelhança intergrupar gera atitudes negativas por parte dos muito identificados; e que este processo poderá assumir características diferentes quando estão em causa aspectos simbólicos comparativamente com aspectos instrumentais. Por último, propomos que a diferença pode ser um recurso na gestão de relações intergrupais harmoniosas, quando situada na ideologia da diversidade como valor e quando estão controlados outros factores, como a identificação com o próprio grupo.

## Referências bibliográficas

- Aguar, Patrícia, Jorge Vala, Isabel Correia, e Cícero Pereira. 2008. Justice in our world and in other's world: Belief in a just world and reactions to victims. *Social Justice Research* 21: 50-68.
- Allen, Vernon L., e David A. Wilder. 1975. Categorization, belief similarity, and intergroup discrimination. *Journal of Personality and Social Psychology* 32: 971-977.
- Allport, Gordon. W. 1954. *The nature of prejudice*. Reading: Addison-Wesley.
- Bar-Tal, Daniel. 1990. Israeli-Palestinian conflict: A cognitive analysis. *International Journal of Intercultural Relations* 14: 7-29.
- Barker, Martin. 1981. *The new racism*. Londres: Junction Books.
- Brown, Rupert J. 1984. The role of similarity in intergroup relations. In *The social dimension: European developments in social psychology*, ed. Henri Tajfel. 603-623. Cambridge, UK: Cambridge Univ. Press.
- Brown, Rupert J., e John C. Turner. 1981. Interpersonal and intergroup behavior. In *Intergroup behavior*, eds. John C. Turner, e Howard Giles, 33-64. Chicago: Univ. of Chicago Press.

- Byrne, Don. 1961. Interpersonal attraction and attitude similarity. *Journal of Abnormal and Social Psychology* 62: 713-715.
- Coenders, Marcel, Peer Scheepers, Paul M. Sniderman, e Geneviève Verberk. 2001. Blatant and subtle prejudice: Dimensions, determinants, and consequences; some comments on Pettigrew and Meertens. *European Journal of Social Psychology* 31: 281-297.
- Correia, Isabel, Jorge Vala, e Patrícia Aguiar. 2007. Victim's innocence, social categorization and the threat to the belief in a just world. *Journal of Experimental Social Psychology* 43: 31-38.
- Costa-Lopes, Rui, e Jorge Vala. 2007. *Impactos da semelhança e da diferença: Aspectos triviais e relevantes*. Manuscrito não publicado.
- Deschamps, J. C., e Rupert Brown. 1983. Superordinate goals and intergroup conflict. *British Journal of Social Psychology* 22: 189-195.
- Deschamps, Jean-Claude, Jorge Vala, C. Marinho, Rui Costa Lopes, e Rosa Cabecinhas. 2005. Intergroup relations, racism and attribution of natural and cultural traits. *Psicologia Política* 30: 27-39.
- Diehl, M. 1988. Social identity and minimal groups: The effects of interpersonal and intergroup attitudinal similarity on intergroup discrimination. *British Journal of Social Psychology* 27: 289-300.
- Doise, Willem. 2005. Préface. In *L'Autre. Regards psychosociaux*, eds. Margarida Sanchez-Mazas, e Laurent Licata, 5-8. Grenoble: Presses Univ. de Grenoble.
- Fanon, Frantz. 1952. *Peau noire, masques blancs*. Paris: Éditions du Seuil.
- Festinger, Leon. 1954. A theory of social comparison processes. *Human Relations* 7: 117-140.
- Fiske, Susan T., Amy Cuddy, Peter Glick, e Jun Xu. 2002. A model of (often mixed) stereotype content: Competence and warmth respectively follow from perceived status and competition. *Journal of Personality and Social Psychology* 82 (6): 878-902.
- Grant, P. R. 1993. Reactions to intergroup similarity: Examination of the similarity-differentiation and similarity-attraction hypothesis. *Canadian Journal of Behavioural Science* 25: 28-44.
- Heider, Fritz. 1958. *The psychology of interpersonal relations*. Nova Iorque: Wiley.
- Henderson-King, E., D. Henderson-King, N. Zhermer, S. Posokhova, e V. Chiker. 1997. In-group favoritism and perceived similarity: A look at Russians' perceptions in the post-Soviet era. *Personality and Social Psychology Bulletin* 23: 1013-1021.
- Hensley, V., e S. Duval. 1976. Some perceptual determinants of perceived similarity, liking, and correctness. *Journal of Personality and Social Psychology* 34: 159-168.
- Hornsey, M. J., e M. A. Hogg. 2000. Intergroup Similarity and Subgroup Relations: Some implications for assimilation. *Personality and Social Psychology Bulletin* 26 (8): 948-958.
- Jetten, J., R. Spears, e A. S. R. Manstead. 1996. Intergroup norms and intergroup discrimination: Distinctive self-categorization and social identity effects. *Journal of Personality and Social Psychology* 71: 1222-1233.
- Jetten, J., R. Spears, e A. S. R. Manstead. 1997. Distinctiveness threat and prototypicality: Combined effects on intergroup discrimination and collective self-esteem. *European Journal of Social Psychology* 27: 635-657.
- Jetten, J., R. Spears, e A. S. R. Manstead. 2001. Similarity as a source of discrimination: The role of group identification. *European Journal of Social Psychology* 31: 621-640.
- Jetten, J., R. Spears, e T. Postmes. 2004. Intergroup distinctiveness and differentiation: A meta-analytic integration. *Journal of Personality and Social Psychology* 86 (6): 862-879.
- Judd, C., L. James-Hawkins, V. Yzerbyt, e Y. Kashima. 2005. Fundamental dimensions of social judgment: Understanding the relations between judgments of competence and warmth. *Journal of Personality and Social Psychology* 89 (6): 899-913.
- LaPiere, R. T. 1936. Type-rationalizations of group antipathy. *Social Forces* 15: 232-237 e 254.
- Leach, C. W., T. R. Peng, e J. Volckens. 2000. Is racism dead? Comparing (expressive) means and (structural equation) models. *British Journal of Social Psychology* 39: 449-465.

*A construção social das diferenças nas relações entre grupos sociais*

- Lévi-Strauss, Claude. 1958. *Race and history*. Paris: UNESCO.
- Leyens, J.-P., P. M. Paladino, R. Rodriguez-Torres, J. Vaes, S. Demoulin, A. Rodriguez-Perez. 2000. The emotional side of prejudice: The attribution of secondary emotions to ingroups and outgroups. *Personality and Social Psychology Review* 4 (2): 186-197.
- Leyens, J.-P., B. Cortés, S. Demoulin, J. F. Dovidio, S. T. Fiske, R. Gaunt, M.-P. Paladino, A. Rodriguez-Perez, R. Rodriguez-Torres, e J. Vaes. 2003. Emotional prejudice, essentialism, and nationalism: The 2002 Tajfel Lecture. *European Journal of Social Psychology* 33: 703-717.
- Lima, Marcus, e Jorge Vala. 2002. Individualismo meritocrático, diferenciação cultural e racismo. *Análise Social* 37: 181-207.
- Moghaddam, F. M., e P. Stringer. 1988. Outgroup similarity and intergroup bias. *Journal of Social Psychology* 128: 105-115.
- Moscovici, S. e J. A. Perez. 1997. Prejudice and social representations. *Papers on Social Representations* 6: 27-36.
- Moscovici, S. e S. Perez. 1999. A extraordinária resistência das minorias à pressão das maiorias. In *Novos racismos*, org. Jorge Vala. Oeiras: Celta.
- Mummendey, A., e H. Schreiber. 1983. Better or just different? Positive social identity by discrimination against or by differentiation from outgroups. *European Journal of Social Psychology* 13: 389-397.
- Mummendey, A., e M. Wenzel. 1999. Social discrimination and the tolerance in intergroup relations: Reactions to intergroup difference. *Personality and Social Psychology Review* 3: 158-174.
- Oakes, Penelope J. 1987. The salience of social categories. In *Rediscovering the social group: A self-categorization theory*, eds. John C. Turner, Michael A. Hogg, Penelope J. Oakes, Stephen D. Reicher, e Margaret S. Wetherell, 117-141. Oxford, UK: Basil Blackwell.
- Park, B., e C. M. Judd. 2005. Rethinking the link between categorization and prejudice within the social cognition perspective. *Personality and Social Psychology Review* 9 (2): 108-130.
- Perez, J. A., S. Moscovici, e B. Chulvi. 2007. The taboo against group contact: Hypothesis of Gypsy ontologization. *British Journal of Social Psychology* 46: 249-272.
- Pettigrew, T. F., e R. W. Meertens. 1995. Subtle and blatant prejudice in Western Europe. *European Journal of Social Psychology* 25: 57-75.
- Roccas, S., e S. H. Schwartz. 1993. Effects of intergroup similarity on intergroup relations. *European Journal of Social Psychology* 23: 581-595.
- Rokeach, Milton. 1960. *The open and closed mind*. Nova Iorque: Basic Books.
- Rokeach, Milton, P. Smith, e R. Evans. 1960. Two kinds of prejudice or one? In *The open and closed mind*, ed. Milton Rokeach. 132-168. Nova Iorque: Basic Books.
- Sartre, Jean-Paul. 1943. *Réflexions sur la question juive*. Paris: Gallimard.
- Sears, David O. 1988. Symbolic racism. In *Eliminating racism: Profiles in controversy*, eds. Phyllis A. Katz, e Dalmas A. Taylor. 53-84. Nova Iorque: Plenum Press.
- Stephan, W. G., O. Ybarra, e G. Bachman. 1999. Prejudice toward immigrants: An integrated threat theory. *Journal of Applied Social Psychology* 29: 2221-2237.
- Stephan, W. G., R. Diaz-Loving, e A. Duran. 2000. Integrated threat theory and intercultural attitudes: Mexico and the United States. *Journal of Cross-Cultural Psychology* 31: 240-249.
- Taguieff, Pierre-André. 1990. The new cultural racism in France. *Telos* 83: 109-122.
- Tajfel, Henry. 1969. Cognitive aspects of prejudice. *Journal of Social Issues* 25: 79-98.
- Tajfel, Henry. 1978. Social categorization, social identity and social comparison. In *Differentiation between social groups: Studies in the social psychology of intergroup relations*, ed. 61-76. Londres: Academic Press.
- Tajfel, Henry. 1982. *Grupos humanos e categorias sociais: Estudos em psicologia social*. Lisboa: Livros Horizonte.

Rui Costa-Lopes, Jorge Vala, Cícero Pereira, Patrícia Aguiar

- Tajfel, Henry, e John C. Turner. 1979. An integrative theory of intergroup conflict. In *The social psychology of intergroup relations*, eds. W. G. Austin, e S. Worchel. 33-47. Monterey, CA: Brooks/Cole.
- Todorov, Tzvetan. 1986. Race, writing, and culture. In *'Race,' writing, and difference*, ed. Henry Louis Gates Jr. 370-380. Chicago, IL: Univ. of Chicago Press.
- Turner, John C. 1987. A self-categorization theory. In Turner, Hogg *et al.*, 1987, 42-67.
- Turner, John C., Michael A. Hogg, Penelope J. Oakes, Stephen D. Reicher, e Margaret S. Wetherell, eds. 1987. *Rediscovering the social group: A self-categorization theory*. Oxford, UK: Basil Blackwell.
- Vala, Jorge, R. Brito, e D. Lopes. 1999. *Expressões dos racismos em Portugal*. Lisboa: Instituto de Ciências Sociais.
- Vala, Jorge, D. Lopes, e M. Lima. No prelo. Black immigrants in Portugal: Luso-tropicalism and prejudice. *Journal of Social Issues*.
- Vala, Jorge, C. Pereira, e R. Costa-Lopes. No prelo. Is the attribution of cultural differences to minorities an expression of racial prejudice? *International Journal Psychology*.
- Van Oudenhoven, J. P., e A-M. Eisses. 1998. Integration and assimilation of Moroccan immigrants in Israel and the Netherlands. *International Journal of Intercultural Relations* 22 (3): 293-307.
- Waldzus, S., A. Mummendey, M. Wenzel, e U. Weber. 2003. Towards tolerance: Representations of superordinate categories and perceived ingroup prototypicality. *Journal of Experimental Social Psychology* 39: 31-47.
- Wolsko, C., B. Park, B. Wittenbrink, e C. M. Judd. 2000. Framing interethnic ideology: Effects of multicultural and color-blind perspectives on judgments of groups and individuals. *Journal of Personality and Social Psychology* 78 (4): 635-654.
- Zagefka, H., R. Brown, M. Broquard, e S. Leventoglu Martin. 2007. Predictors and consequences of negative attitudes toward immigrants in Belgium and Turkey: The role of acculturation preferences and economic competition. *British Journal of Social Psychology* 46 (1): 153-169.